

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.524.645 - RJ (2019/0170929-0)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGRAVANTE : FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORES : TÂNIA DE SOUSA ELIAS GARCIA - RJ111253
LUIS FELIPE SAMPAIO DE ALMEIDA - RJ138895
AGRAVADO : GERTRUDES BRITO - ESPÓLIO
ADVOGADOS : CARLOS JOSE VICTOR DEL GUERCIO - RJ013923
LUIZA HELENA WILHELMI CANTELMO - RJ075582
RAQUEL MARINHO CHRIZOSTIMO - RJ181107

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO contra decisão da Presidência, que não conheceu do agravo em recurso especial em razão de intempestividade (e-STJ fls. 201/202).

O agravante alega, em síntese, que o *decisum* impugnado desconsiderou os documentos juntados no ato de interposição do agravo em recurso especial na origem, comprovando a ocorrência de suspensão dos prazos recursais entre nos dias 06, 18, 19, 25, 26 e 30 de julho de 2018 e nos dias 06 e 08 de agosto de 2018.

Requer, assim, a reconsideração do *decisum* impugnado ou a sua submissão ao Órgão colegiado.

Intimada, a parte agravada não formulou impugnação.

É o relatório.

A Corte Especial do STJ, quando do exame do Recurso Especial 1.813.684/SP – na sessão realizada em 02/10/2019 –, enfrentou o tema relativo à suspensão do prazo para a interposição de recursos dirigidos a este Tribunal Superior em razão da ocorrência de feriados locais, pacificando o entendimento, mediante modulação, de que a regra disposta no art. 1.003, § 6º, do CPC/2015 somente deverá ser exigida a partir da publicação desse julgado.

Assim, para os recursos interpostos até a referida data de publicação, deve prevalecer a orientação consolidada no julgamento do AgRg no AREsp 137.141/SE, também realizado pelo órgão máximo desta Corte, segundo a qual "a comprovação da tempestividade do recurso especial, em decorrência de feriado local ou de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem que implique prorrogação do termo final para sua interposição, pode ocorrer posteriormente, em sede de agravo regimental".

In casu, considerando que o autor demonstrou a existência de

Superior Tribunal de Justiça

feriados locais no ato de interposição do agravo em recurso especial (e-STJ fls. 160/165), é de se reconhecer a tempestividade do recurso.

Ante o exposto, RECONSIDERO a decisão de e-STJ fls. 201/202, tornando-a sem efeito.

Transcorrido o prazo recursal, voltem-me conclusos os autos para efetiva análise do agravo em recurso especial de e-STJ fls. 146/159.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator